



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE ERECHIM EM 28.06.2016

Aos 28 dias do mês de junho de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Erechim o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002706.61.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Coordenadora Ivone Fátima Munarini, lotada nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pela Gestora da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 01.07.2015

Data de Implantação do PJe: 13.11.2012

Jurisdição: Aratiba, Barra do Rio Azul, Barão de Cotegipe, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, São Valentim, Três Arroios, Viadutos, Áurea.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 28.06.2016

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Deise Anne Longo	1ª Vara do Trabalho de Erechim

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Erechim gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos artigos 19 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Ivone Fatima Munarini	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Coordenadora (CJ1)	07.12.2005
2	Giovana Andreia Petzen	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	06.04.2015
3	Ivanete Lourdes Piran	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	04.04.2016
-	Antoninho Mumbach Preussler	Técnico Judiciário – Segurança	-	12.04.2007
-	Nelbo Rocha	Técnico Judiciário – Segurança	-	11.04.2016

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Abdallah Ribeiro Makki	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.12.2005
2	Antonio Fagherazzi Junior	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.12.2005
3	Arnaldo Jacobi De Freitas	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.01.2016
4	Eder Ismael Weiers	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.01.2011
5	Tania Beatriz Brendler	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	08.10.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.06.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT



O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Ivone Fatima Munarini*	Curso ou evento (CURS)	3	3
2	Giovana Andreia Petzen Desde 06.04.2015*	Tratamento de Saúde (LTS)	15	15
3	Ivanete Lourdes Piran Desde 04.04.2016*	Tratamento de Saúde – Odonto (LTS)	12	12
-	Antoninho Mumbach Preussler	Curso ou evento (CURS)	1	9
		Curso Parcial	1	
		Doença em Pessoa da Família (LPF)	2	
		Fruição dos dias trabalhados nas eleições (TREF)	5	
-	Nelbo Rocha Desde 11.04.2016*	Prazo para deslocamento (PD)	10	10

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Abdallah Ribeiro Makki	-	-	-
2	Antonio Fagherazzi Junior	-	-	-
3	Arnaldo Jacobi De Freitas Desde 07.01.2016	-	-	-



4	Eder Ismael Weiers	-	-	-
5	Tania Beatriz Brendler	Tratamento de Saúde (LTS)	15	15

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.06.2016)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Loidi Alves da Silva	14.11.2013	05.04.2015	1 ano, 4 meses e 22 dias	Aposentadoria

Central de Mandados					
	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Ricardo Alexandre Costa	09.06.2008	02.11.2015	7 anos, 4 meses e 24 dias	Exoneração

2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.06.2016.

2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECCIONADO

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	Ivone Fatima Munarini *	-	-	61	61
2	Giovana Andreia Petzen	-	-	110	110
3	Ivanete Lourdes Piran	-	-	-	-
4	Antoninho Mumbach Preussler	-	-	132	132
5	Nelbo Rocha	-	-	32	32

Servidores Lotados na Central de Mandados



	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	Abdallah Ribeiro Makki	-	-	-	-
2	Antonio Fagherazzi Junior	20	-	299	319
3	Arnaldo Jacobi De Freitas Desde 07.01.2016	-	5	120	125
4	Eder Ismael Weiers	-	-	5	5
5	Tania Beatriz Brendler	-	-	40	40

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.06.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
Total em 2014	627	R\$ 3.467,34	R\$ 0,00
Média mensal em 2014	52,25	R\$ 288,95	R\$ 0,00
Total em 2015	530	R\$ 2.934,73	R\$ 0,00
Média mensal de 2015	44,17	R\$ 244,56	R\$ 0,00
Variação (%) 2014-2015	-15,47%	-15,36%	Não aplicável
Total em 2016 (até janeiro)	125	R\$ 694,80	R\$ 0,00
Média mensal de 2016	31,25	R\$ 173,70	R\$ 0,00
Variação (%) 2015-2016	-76,42%	-76,32%	#DIV/0!

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 25.05.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 44,17 certidões negativas por mês em 2015, média 15,47% inferior à verificada no ano anterior.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS



	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	6.527- 44,77%	8.052 – 55,23%	14.579
Processos com reclamadas	29.570 (Totalmente) – 75,21%	8.261 – 21,01%	39.316
	1.485 (Parcialmente) – 3,78%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.05.2016, 15h33min)

O artigo 41, §4º, da CPCR dispõe que os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR consultados no dia 13.05.2016, 44,77% das reclamadas (6.527 reclamadas) dos processos físicos do Foro de Erechim encontravam-se com cadastro unificado. Portanto, restam pendentes de unificação 8.052 cadastros de reclamadas. Praticamente não houve alteração no número de cadastros de reclamadas unificados na comparação com os dados de 2014, apurados na inspeção correcional passada.

Os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançou 75,21% dos processos que tramitam no Foro. Nesse particular, o percentual manteve-se estável em relação aos dados apresentados no ano de 2014, quando o cadastro de reclamadas totalmente unificadas vinculadas a processos alcançou o percentual de 75,23%.

Segundo a Coordenadora, neste último ano não foi executada esta tarefa pois, a partir da implementação do PJE no ano de 2012, não houve mais necessidade. Atualmente, a alteração é feita somente a pedido das secretarias das Varas.

Tramitam atualmente, nas três Varas de Erechim, em torno de 1.100 (um mil e cem) processos físicos. Em face desse número reduzido, muito embora haja previsão na CPCR, não se verifica a necessidade de proceder à unificação do cadastro das reclamadas porque não é possível a exportação de tais dados para o processo eletrônico.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
	Unificados	Não unificados	Total	
Endereços Dos Advogados	7012 – 84,28%	1.959 – 47,07%	4.162	
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	25.538 (Totalmente)- 64,96%	13.710 – 34,87%	39.316
		68 (Parcialmente) – 0,17%		
	Reclamada	25.694 (Totalmente) – 65,37%	12.298 – 31,29%	39.305
		1.313 (Parcialmente)- 3,34%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.05.2016, 15h34min)



Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 84,28% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Erechim encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes encontravam-se totalmente unificados em 64,96% dos processos e os dos advogados de reclamadas em 65,37%.

Salienta-se ter se mantido estável o número de unificações de endereços de advogados em relação ao ano de 2014.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	740 – 98,54%	11 - 1,46%	751
Processos com Órgãos	4.436 – 96,62%	155 – 3,38%	5.267

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.05.2016, 15h34min)

De acordo com o sistema informatizado, 98,54% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado, restando pendentes de unificação cerca de 11 Órgãos, o que corresponde a 1,46% do total. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, o índice de unificação alcançou 96,62%. Na comparação com ano anterior, percebe-se um aumento pouco significativo na unificação dos cadastros de Órgãos (apenas 0,02 pontos percentuais).

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)
Ação Anulatória	-	-	-	-
Ação Cautelar	-	-	-	-
Ação Civil Coletiva	-	-	-	-
Ação Civil Pública	-	-	-	-
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	-	-	-	-
Ação de cobrança de honorários	-	-	-	-
Ação de consignação	-	-	-	-
Ação de cumprimento	-	-	-	-
Ação de indenização	-	-	-	-
Ação declaratória	-	-	-	-
Ação monitória	-	-	-	-
Ação possessória	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ação de repetição de indébito	-	-	-	-
Ação de representação sindical	-	-	-	-
Ação rescisória-instrução	-	-	-	-
Carta de Ordem	-	-	-	-
Carta de sentença	6	3	-50,00%	0
Carta precatória	-	-	-	-
Carta rogatória	-	-	-	-
DC/RDCV-instrução	-	-	-	-
Embargos de terceiro	1	22	2100,00%	5
Habeas corpus	-	-	-	-
Habeas data	-	-	-	-
Homologação	-	-	-	-
Inquérito	-	-	-	-
Mandado de segurança	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Protesto	-	-	-	-
Reclamatória-ordinário	0	0	-	1
Reclamatória-sumaríssimo	-	-	-	-
Restauração de autos	-	-	-	-
TEE Outros	-	-	-	-
TEE ajuste de conduta MPT	-	-	-	-
TEE conciliação da CCP	-	-	-	-
TEE multa DRT	-	-	-	-
TOTAL	7	25	257,14%	6
MÉDIA POR MÊS	0,58	2,08	257,14%	1,50

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.05. 2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 25 novas ações em **processos físicos** no Foro de Erechim, registrando-se uma média mensal de 2,08 distribuições. Esse número foi superior em 257,14% às ações distribuídas em 2014. Nos primeiros quatro meses do ano de 2016, foram distribuídas 6 novas ações em processos físicos.



Segundo a Coordenadora, quando do recebimento de autos físicos de outra jurisdição por exceção ou declínio de competência, é feita a conferência dos autos, o cadastramento das partes no sistema PJe e distribuição do processo à Vara que couber. O processo é remetido fisicamente à Vara.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	Total	Dias Úteis	Média/dia
Total em 2014	4.092	3.437	1.747	9.276	229	40,51
Total em 2015	2.591	2.374	1.294	6.259	225	27,82
Variação 2014-2015	-36,68%	-30,93%	-25,93%	-32,52%	-1,75%	-31,33%
Total em 2016 (até fev)	757	618	240	1.615	66	24,47

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.05.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 6.259 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 27,82 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, constata-se uma queda de 31,33% na média diária de petições e documentos protocolizados. Isso porque o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Erechim.

Segundo a Coordenadora, o protocolo físico e a devolução dos autos físicos passaram a ser realizados diretamente nas Varas após a implementação do PJE.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPRJ incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Erechim está localizado na sala ao lado da secretaria da Coordenadoria, no andar térreo.

Segundo a Coordenadora, quando chegam os lotes de processos para serem arquivados, é feita a conferência dos processos com as informações constantes nas guias e, após, é dado o recebimento do lote identificando-o com a numeração própria do arquivo. No arquivo, os processos são organizados por Vara e separados em “com” e “sem” dívida.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS



A partir da análise da listagem das cargas de processos arquivados obtida no InFor, constatou-se que não há processos em carga com prazo de devolução vencido.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Atualmente, a jurisdição do Foro Trabalhista de Erechim está dividida em **05 setores:**

Setor 01- (Oficial Antônio Fagherazzi Júnior): Composto pelos Municípios de Barão de Cotegipe; Benjamin Constant do Sul; Erval Grande; Faxinalzinho; Itatiba do Sul; Ponte Preta; São Valentim.

Setor 02 – (Oficial Tânia Beatriz Brendler): Composto pelos Municípios de Aratiba; Barra do Rio Azul; Campinas do Sul; Cruzaltense; Entre Rios do Sul; Jacutinga; Paulo Bento.

Setor 03 – (Oficial Eder Ismael Weiers): Composto pelos Municípios de Gaurama; Marcelino Ramos; Mariano Moro; Severiano de Almeida; Três Arroios; Viadutos.

Setor 04 – (Oficial Arnaldo Jacobi de Freitas): Composto pelos Municípios de Estação; Getúlio Vargas; Ipiranga do Sul.

Setor 05 – (Oficial Abdallah Ribeiro Makki): Composto pelos Municípios de Áurea; Centenário; Erebangó; Floriano Peixoto; Quatro Irmãos; Charrua e Carlos Gomes.

A Coordenadora informou que no Município de Erechim os mandados são distribuídos entre todos os oficiais, semanalmente, sem demarcação de território. Todos cumprem em toda a cidade. O Oficial de Justiça plantonista é o distribuidor. Há rodízio mensal do plantão.

A cada seis meses é feito o revezamento de setores entre os Oficiais de Justiça.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato da Coordenadora, a distribuição dos mandados é feita da seguinte forma: a distribuição de mandados nos processos físicos é



feita entre uma e duas vezes por semana; nos processos eletrônicos os mandados são distribuídos automaticamente pelas Varas, assim que assinados pelo Juiz. A única exceção são os mandados dirigidos ao Município de Erechim, os quais são distribuídos manualmente uma ou duas vezes por semana.

Os mandados urgentes e em regime de plantão são distribuídos imediatamente após sua chegada à Coordenadoria, se oriundos de processo físico, ou após a assinatura do juiz, se eletrônicos, e cumpridos pelo Oficial plantonista.

A cobrança dos Oficiais de Justiça não é feita porque, segundo a Coordenadora, as diligências são cumpridas no prazo determinado. As certidões dos Oficiais de Justiça não são conferidas pela Coordenadora.

A devolução dos mandados às Varas é feita 24 horas após o cumprimento. Em raras exceções, são devolvidos em 48 horas.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
Mês/Ano	Total	Média Mensal
2014	660	55,00
2015	435	36,25
Varição 2014-2015	-34,09%	-34,09%
2016 (até janeiro)	84	21,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.05. 2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2014	1.718	143,17
2015	1.537	128,08
Varição 2014-2015	-10,54%	-10,54%
2016 (até janeiro)	710	177,50

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.2016)



Em 2015, a Central de Mandados de Erechim recebeu 1.972 mandados, sendo 435 de processos físicos e 1.537 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 164,33 mandados recebidos, média 17,07% inferior à verificada em 2014.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 34,09% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2015. Curiosamente, também houve redução na média de mandados expedidos em processos eletrônicos, que diminuiu 10,54% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)
Busca e Apreensão	4	3	-25,00%	0
Citação	124	95	-23,39%	7
Condução de Testemunha	0	1	-	0
Notificação	150	109	-27,33%	19
Penhora	236	121	-48,73%	23
Outros	152	110	-27,63%	37
Total	666	439	-34,08%	86

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.05.2016)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)
Intimação	0	0	-	0
Notificação	1.196	885	-26,00%	465
Mandado	431	482	11,83%	198
Ofícios	88	100	13,64%	37
Total	1.715	1.467	-14,46%	700

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 18.05.2016)



Foram cumpridos 1.906 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 439 oriundos de processos físicos e 1.467 de processos eletrônicos. Em relação aos processos físicos, houve redução de 227 mandados cumpridos em 2015 (34,08%), na comparação com 2014, observando-se queda de 14,46% também no número de mandados em processos eletrônicos. Observe-se que o número de mandados distribuídos no período também diminuiu, conforme item anterior.

Nos processos físicos, a penhora foi a espécie mais frequente de diligência em 2015 (121), seguida pela categoria “outros” (110). Nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016 as notificações foram as diligências mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)
Busca e Apreensão	15,00	2,00	-86,67%	-
Citação	12,22	9,13	-25,30%	24,43
Condução de Testemunha	-	2,00	-	-
Notificação	11,41	8,05	-29,50%	10,79
Penhora	19,35	21,23	9,71%	24,91
Outros	9,39	4,54	-51,68%	8,62
Prazo Médio Geral	13,94	10,98	-21,21%	14,74

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.05.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)
Intimação	-	-!	-	-
Notificação	5,92	8,13	37,24%	11,63
Mandado	11,53	13,34	15,72%	16,44
Ofício	3,58	3,25	-9,21%	6,41
Prazo Médio Geral	7,21	9,51	31,86%	12,72

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 18.05.2016)



Da análise dos dados, constata-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos pela Central de Mandados de Erechim observou redução de 21,21% em 2015 na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que as penhoras foram as diligências que demandaram maior tempo para cumprimento, registrando aumento médio de 19,35 para 21,23 dias, o que corresponde a uma elevação de 9,71%. Em contrapartida, os mandados de notificação registraram redução média de 29,5% no tempo de cumprimento, totalizando 8,05 dias no período, o que também pode ser observado nas demais espécies de diligências.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o prazo médio geral para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 9,51 dias em 2015, lapso 31,86% maior que em 2014. Dentre as espécies, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (13,34 dias), ao passo que os ofícios foram as diligências com menor prazo médio de cumprimento (3,25 dias).

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até 30.04)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	3	75,00%	0	0,00%	0	-
Citação	51	41,13%	25	26,32%	4	57,14%
Condução de Testemunha	0	-	0	0,00%	0	-
Notificação	57	38,00%	27	24,77%	5	26,32%
Penhora	140	59,32%	74	61,16%	15	65,22%
Outros	43	28,29%	12	10,91%	7	18,92%
Total Geral	294	44,14%	138	31,44%	31	36,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.05.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até 30.04)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Intimação	0	-	0	-	0	-
Notificação	227	18,98%	256	28,93%	161	34,62%



Mandado	166	38,52%	206	42,74%	115	58,08%
Ofício	5	5,68%	4	4,00%	5	13,51%
Total	398	23,21%	466	31,77%	281	40,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 18.05.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se a devolução de 138 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 31,34% de todos os mandados cumpridos, tendo havido redução em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso em 2014, o qual alcançou 44,14%. A partir da análise dos dados supra, constata-se que a penhora foi a espécie de mandado com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (61,16%), seguida pelas citações (26,32%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 466 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, o equivalente a 31,77% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (42,74%).

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela Central de Mandados de Erechim:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)					
Processo	Nº do Mandado	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001264-56.2010.5.04.0522	522-00273/15	PENHORA	13/10/15	11/02/16	121
0000646-14.2010.5.04.0522	522-00284/15	CITAÇÃO	23/11/15	02/03/16	100
0000755-57.2012.5.04.0522	522-00041/15	PENHORA	05/05/15	31/07/15	87
0000677-34.2010.5.04.0522	522-00053/15	PENHORA	25/05/15	19/08/15	86
0000602-24.2012.5.04.0522	522-00051/15	PENHORA	25/05/15	17/08/15	84
0000677-34.2010.5.04.0522	522-00204/14	PENHORA	18/11/14	05/02/15	79
0000062-10.2011.5.04.0522	522-00209/14	PENHORA	17/11/14	23/01/15	67



0000547-13.2011.5.04.0521	521-00147/15	PENHORA	21/09/15	18/11/15	58
0000279-22.2012.5.04.0521	521-00194/15	PENHORA	09/12/15	05/02/16	58
0000008-08.2015.5.04.0521	521-00201/15	OUTROS	14/12/15	10/02/16	58

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.05.2016)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020366-91.2015.5.04.0521	Notificação	21/07/2015	22/01/2016	185
0020463-91.2015.5.04.0521	Notificação	31/08/2015	03/02/2016	156
0020516-66.2015.5.04.0523	Notificação	25/08/2015	20/01/2016	148
0020512-35.2015.5.04.0521	Notificação	26/10/2015	22/01/2016	88
0020506-22.2015.5.04.0523	Notificação	28/07/2015	23/10/2015	87
0020795-92.2014.5.04.0521	Mandado	09/12/2014	04/03/2015	85
0020579-94.2015.5.04.0522	Notificação	06/08/2015	29/10/2015	84
0020671-75.2015.5.04.0521	Notificação	04/11/2015	22/01/2016	79
0020941-36.2014.5.04.0521	Mandado	31/03/2015	17/06/2015	78
0020671-75.2015.5.04.0521	Notificação	26/10/2015	12/01/2016	78

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.05.2016)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 06 mandados pendentes de devolução nos processos físicos.

	Nº Processo	Data da Distribuição	Nº Carga OJ	Tipo Mandado
1	0000442-70.2008.5.04.0521	12/04/16	521-00050/16	PENHORA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2	0016700-92.2009.5.04.0521	31/05/16	521-00073/16	OUTROS
3	0000804-04.2012.5.04.0521	31/05/16	521-00075/16	OUTROS
4	0000679-70.2011.5.04.0521	31/05/16	521-00077/16	PENHORA
5	0000679-70.2011.5.04.0521	31/05/16	521-00078/16	PENHORA
6	0000733-36.2011.5.04.0521	31/05/16	521-00079/16	PENHORA

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.06.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 18.05.2016, apresentava 19 mandados sem registro de cumprimento, sendo o mais antigo expedido em 22.02.2016 (86 dias).

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICO – PJe-JT					
	Nº Processo	Tipo de documento	Data da Distribuição	Oficial de Justiça	Dias pendentes
1	0020516-66.2015.5.04.0523	Notificação	2016-02-22	ABDALLAH RIBEIRO MAKKI	86
2	0020491-53.2015.5.04.0523	Mandado	2016-04-04	TANIA BEATRIZ BRENDLER	44
3	0020131-21.2015.5.04.0523	Mandado	2016-04-12	ARNALDO JACOBI DE FREITAS	36
4	0020171-72.2016.5.04.0521	Notificação	2016-04-12	ANTONIO FAGHERAZZI JUNIOR	36
5	0020207-82.2014.5.04.0522	Mandado	2016-04-12	ANTONIO FAGHERAZZI JUNIOR	36
6	0020268-74.2013.5.04.0522	Mandado	2016-04-12	ABDALLAH RIBEIRO MAKKI	36
7	0020879-59.2015.5.04.0521	Notificação	2016-04-12	TANIA BEATRIZ BRENDLER	36
8	0020902-05.2015.5.04.0521	Notificação	2016-04-12	ANTONIO FAGHERAZZI JUNIOR	36
9	0020395-09.2015.5.04.0662	Notificação	2016-04-15	ABDALLAH RIBEIRO MAKKI	33
10	0020093-43.2014.5.04.0523	Mandado	2016-04-18	EDER ISMAEL WEIERS	30
11	0020337-41.2015.5.04.0521	Mandado	2016-04-18	ANTONIO FAGHERAZZI JUNIOR	30
12	0020326-40.2014.5.04.0523	Mandado	2016-04-26	EDER ISMAEL WEIERS	22
13	0021001-09.2014.5.04.0521	Mandado	2016-04-26	ANTONIO FAGHERAZZI JUNIOR	22
14	0020342-97.2014.5.04.0521	Mandado	2016-04-27	ARNALDO JACOBI DE FREITAS	21



15	0020487-50.2014.5.04.0523	Notificação	2016-04-28	EDER ISMAEL WEIERS	20
16	0020071-20.2016.5.04.0521	Mandado	2016-05-02	TANIA BEATRIZ BRENDLER	16
17	0020080-76.2016.5.04.0522	Notificação	2016-05-02	ABDALLAH RIBEIRO MAKKI	16
18	0020355-22.2016.5.04.0523	Notificação	2016-05-02	ABDALLAH RIBEIRO MAKKI	16
19	0020568-39.2013.5.04.0521	Mandado	2016-05-02	ANTONIO FAGHERAZZI JUNIOR	16

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 18.05.2016)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Erechim.

Tania Beatriz Brendler						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	19	19	21	21	01	01
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	37	37	16	16	04	03
Penhora	36	36	28	28	03	03
Outros	34	34	11	11	10	09
Total	126	126	76	76	18	16

PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	257	257	214	209	127	115
Mandado	64	64	85	85	51	36



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ofício	16	16	23	23	01	01
Total	337	337	322	317	179	152

Eder Ismael Weiers

INFOR

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01	00	00
Citação	29	32	22	22	01	01
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	43	43	19	19	04	03
Penhora	47	47	22	20	06	07
Outros	27	30	49	49	02	02
Total	146	152	113	111	13	13

PJe-JT

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	202	203	208	193	114	113
Mandado	94	92	109	109	33	26
Ofício	29	29	30	29	06	07
Total	325	324	347	331	153	146

Arnaldo Jacobi de Freitas

INFOR

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Citação	00	00	00	00	02	02
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	01	01
Penhora	00	00	00	00	01	01
Outros	00	00	00	00	08	08
Total	00	00	00	00	12	12

PJe-JT

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	06	00	87	93
Mandado	00	00	04	00	59	49
Ofício	00	00	02	00	09	11
Total	00	00	00	00	00	00

OBS: Lotação do servidor na unidade em 07.01.2016

Abdallah Ribeiro Makki						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	01	01	00	00
Citação	20	21	14	14	01	00
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	31	34	33	32	06	07
Penhora	43	39	39	42	07	08
Outros	34	34	33	31	09	11
Total	129	129	120	120	23	26

PJe-JT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	213	222	198	188	81	87
Mandado	86	87	101	91	30	33
Ofício	18	18	21	20	08	09
Total	317	327	320	299	119	129

Antonio Fagherazzi Junior						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	03	00	00	00	00
Citação	29	29	27	27	02	03
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	20	19	31	31	05	05
Penhora	65	65	13	17	05	04
Outros	30	30	12	11	06	07
Total	146	146	83	86	18	19
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 30.04)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	311	310	195	181	46	57
Mandado	98	88	113	109	52	54
Ofício	13	13	23	21	06	09
Total	422	411	331	311	104	120



5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de pequeno porte.

A Unidade encontra-se organizada, as instalações são adequadas. O Arquivo é bem organizado.

A Coordenadora elencou as atividades desenvolvidas na unidade: protocolo e autuação de embargos de terceiros, cadastramento de Cartas Precatórias físicas, expedição de certidões negativas, redução a termo de reclamatórias e atendimento aos advogados para auxílio no uso do processo judicial eletrônico. Quando recebidos autos físicos de outra jurisdição por exceção de incompetência ou declínio de competência, é feita a conferência dos autos, o cadastramento das partes no sistema, a distribuição do processo e sua remessa à Vara a que couber. Há expedição de certidões negativas, as quais são fornecidas no momento em que solicitadas e, somente em alguns casos, em 48 horas. Após a elaboração das certidões negativas, são arquivados os seguintes documentos: requerimento da certidão, procuração e GRU, essa em pasta própria. Segundo a Coordenadora, no período de 2014 e 2015 houve, aproximadamente, a apresentação de 10 reclamatórias verbais.

Segundo a Coordenadora, o setor, atualmente, é responsável pela “parte burocrática” da administração do foro, inclusive em relação à manutenção predial das áreas de uso comum, pois as solicitações de manutenção das Varas são feitas pelos servidores de cada Unidade. Há bastante demanda pois o prédio estava inacabado quando da mudança e também por não ter havido acompanhamento do Tribunal quando da sua entrega. Entre as demandas elencadas, destacam-se: falta de bebedores de água para o público, pela falta de projeto hidráulico para eles, e vazamento de água no corredor. Há expediente na Corregedoria solicitando a instalação de bebedores.

Chama a atenção que nesse foro **não são feitas as seguintes atividades** na Coordenadoria da Direção do Foro: recebimento e lançamento do protocolo físico, impressão e lançamento das petições via VIPE e digitalização de guias de pagamento, comprovantes de entrega de correspondência (Seed e AR) e de ofícios entregues em papel pelas partes e por terceiros, atividades tipicamente realizadas pelas demais CCDF's desta 4ª Região.

Em relação ao cumprimento dos mandados, verifica-se que o prazo médio fica em torno de 10 dias. Nos casos em que o mandado permanece mais tempo com o Oficial de Justiça por estar realizando diligência a fim de efetivar seu cumprimento, é recomendável que seja certificado nos autos o motivo do atraso, uma vez que a lotação da Central está completa.

Os Oficiais de Justiça só comparecem no Foro para devolver os mandados. As certidões fornecidas pelos Oficiais de Justiça são enviadas para as Varas sem prévia conferência.

Observa-se que o setor poderia contribuir mais com as Varas, principalmente nesse período de adaptação ao processo eletrônico.

Merece destaque o tratamento dispensado pela Coordenadora, que acompanhou a equipe da Vice-Corregedoria por todo o Foro, fornecendo informações e sendo muito solícita. Ainda, os demais servidores que se encontravam presentes mostraram-se muito atenciosos.



6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

Recomenda-se que a unidade se organize a fim de auxiliar as Varas no tocante ao recebimento e protocolamento de petições e autos dos processos físicos, protocolamento e impressão das petições do sistema VIPE e digitalização de guias de pagamento e de ofícios entregues em papel pelas partes e terceiros em processos que tramitam em meio físico. Recomenda-se, para efetivação dessa medida, seja expedida Portaria pela Direção do Foro com as novas atribuições da unidade.

ITEM 4.3.5. (Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado)

Determina-se sejam certificadas as diligências dos Oficiais de Justiça quando decorrer o prazo para cumprimento do mandado sem devolução à unidade.

7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Coordenadora e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara Trabalho de Erechim, das 16h às 17h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Os advogados que se fizeram presentes não teceram comentários acerca dessa unidade.

8. PRAZO PARA RESPOSTA

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à essa Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas.

9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Coordenadora Ivone Fatima Munarini e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor